

Instituto Socioambiental

fonte: A Gazeta (Rio Branco - AC) class.: Kaxarari

data: 09/03/94 pg.: _____

Rio Branco-AC., Quarta-Feira, 09-03-1994

A GAZETA

Madeireiro se

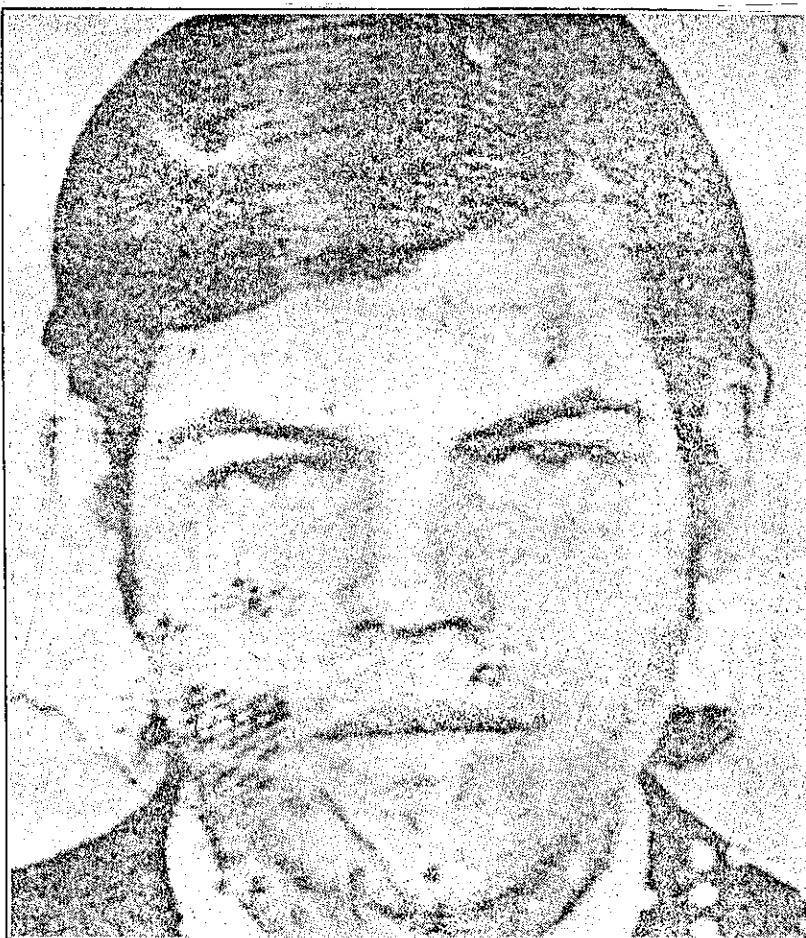
entrega à Federal

Acusado de devastar, tamar preferiu ir à Polícia a ser caçado pelos agentes e ficou preso na sece da PF

O madeireiro Itamar de Oliveira Pereira, acusado de devastar a reserva indígena Kaxarari, na Vila Extrema, para efetuar a retirada ilegal de mogno, cedro e cerejeira, além de outras madeiras nobres, se entregou ontem à Polícia Federal. A prisão de Itamar, que juntamente com outros madeireiros - alguns de Rondônia - seria responsável pela devastação de 20% da área Kaxarari, foi decretada pelo juiz federal Evandro dos Reis Reimão dia 7 do mês passado.

Reimão também decretou a prisão de Antônio Pereira da Cunha, o "Velho Antônio", que vinha atuando com Itamar na exploração ilegal de madeira na região. Antônio passou cinco dias preso e foi indiciado por invasão de área de preservação permanente, obstrução das investigações e retirada de madeiras em território indígena, o que só é permitido com autorização do Congresso.

A Polícia Federal informou ontem, no final da tarde, que Itamar de Oliveira se entregou espontaneamente. Ele foi ao DPF acompanhado do Advoga-



Itamar: derrubadas ilegais e xadrez na Federal

do Rui Alberto Duarte. De acordo com o mandado de prisão expedido pelo juiz Evandro Reimão, Itamar ficará preso por cinco dias numa das celas da Superintendência da PF. Se confirmadas as denúncias contra o madeireiro, o que ele nega, também será indiciado por invasão de terras de preservação permanente e exploração ilegal de madeiras.

Após ter a prisão decretada, Itamar de Oliveira

desapareceu da Vila Extrema, região onde possui madeiras. Além da retirada ilegal de madeiras na área Kaxarari, também pesam contra Itamar outras acusações. No ano passado, segundo denúncias, o madeireiro ameaçou vários parceiros de morte, caso o denunciassem pela retirada de madeira da área indígena. As denúncias foram feitas ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), na Vila Extrema.